Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 7170/2017

PROCESSO TC/MS	:	TC/8469/2013
PROTOCOLO	:	1416999
ÓRGÃO	:	PREFEITURA DE CAARAPÓ-MS
ORDENADOR	:	MÁRIO VALÉRIO
CARGO DO ORDENADOR	:	PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	:	CONTRATO N. 34/2013
MODALIDADE	:	PREGÃO PRESENCIAL N. 5/2013
OBJETO	:	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
CONTRATADA	:	REI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA ME
VALOR	:	R$ 63.118,50
RELATOR	:	CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. EXECUÇÃO. REGULARIDADE E LEGALIDADE.

DO RELATÓRIO

Trata-se do exame e julgamento da formalização e do teor do Contrato n. 34/2013 (2ª fase), celebrado entre o Município de Caarapó-MS e a empresa Rei Distribuidora de Alimentos Ltda ME, e dos atos de execução do seu objeto (3ª fase), nos termos do art. 120, II e III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013, constando como ordenador de despesas o Sr. Mário Valério, prefeito municipal, à época.

O procedimento licitatório, ocorrido na modalidade Pregão Presencial n. 5/2013, já recebeu o julgamento desta Corte de Contas como regular e legal via Decisão Singular DSG - G.ODJ - 5432/2015, prolatada nos autos do processo TC/MS n.8982/2013.

O objeto do contrato é a aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) da alimentação escolar, para atender as escolas municipais e CMEIs do município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, no valor de R$ 63.118,50 (sessenta e três mil, cento e dezoito reais e cinquenta centavos), com prazo de vigência a partir de 12 de março de 2013, e término em 10 de junho de 2013, podendo ser prorrogado.

Os técnicos da 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) examinaram os documentos constantes dos autos e, na Análise ANA - 4ICE -

3944/2017, manifestaram-se pela regularidade e legalidade da formalização contratual e da execução financeira.

A 2ª Procuradoria de Contas (2ª PRC) exarou seu Parecer PAR – 2ª PRC - 9213/2017 pela regularidade da formalização do contrato e dos atos praticados no decorrer da execução financeira.

DA DECISÃO

Analisados os documentos que instruem os autos, observa-se que os documentos foram encaminhados tempestivamente e atendem às exigências contidas na lei de licitações e contratos, Lei n. 8.666/93, na legislação financeira, Lei n. 4.320/64, e no Manual de Peças Obrigatórias desta Corte de Contas, Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, vigente à época.

Os procedimentos adotados pelo responsável na formalização e no teor do contrato, e na execução do seu objeto, inclusive no tocante à publicação, foram regulares e merecem receber a chancela deste Colendo Tribunal.

Assim, acolhendo a análise dos técnicos da 4ª ICE e o parecer ministerial, com fulcro nos artigos 4º, III, "a" e 10, II, do RITC/MS, **DECIDO**:

1. pela **regularidade e legalidade** da formalização e do teor do Contrato n. 34/2013 (2ª fase), celebrado entre o Município de Caarapó-MS e a empresa Rei Distribuidora de Alimentos Ltda ME, e dos atos de execução do objeto contratado (3ª fase), nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 120, II e III, do RITC/MS, constando como ordenador de despesas o Sr. Mario Valério, prefeito municipal, à época;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande-MS, 18 de julho de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

llss